

PRESENÇA UNIVERSITÁRIA E DESENVOLVIMENTO EM TERRITÓRIOS PERIFÉRICOS

CORRÊA, Marjorie Bier Krinski, UFFS. Cerro Largo. RS, Brasil. Bolsista CAPES

CORRÊA, Odair Leandro Krinski, UFFS. Cerro Largo. RS, Brasil.

LAGO, Ivann Carlos. UFFS. Cerro Largo. RS, Brasil.

RIBEIRO, Diana Juciéli. UFFS. Cerro Largo. RS, Brasil.

Autor para correspondencia: marjorie.bier@estudante.uffs.edu.br

RESUMO

Este artigo analisa o papel das universidades públicas federais na conformação de políticas de desenvolvimento regional em áreas historicamente marginalizadas do território brasileiro. A interiorização do ensino superior, intensificada a partir dos anos 2000, promoveu não apenas a ampliação do acesso à educação, mas também o surgimento de ecossistemas de inovação, redes de produção científica e formas emergentes de cidadania ativa. Partindo de uma abordagem crítica e interdisciplinar, esta investigação toma como objeto a presença universitária como catalisadora de dinâmicas socioterritoriais, capazes de reposicionar atores e instituições locais frente às desigualdades históricas de infraestrutura, renda e representatividade. O estudo dialoga com referenciais da geografia crítica, da sociologia do desenvolvimento e das políticas públicas, defendendo que a universidade é vetor estratégico na indução de novos pactos federativos. Por meio da análise de políticas de expansão universitária, associadas à produção de conhecimento e inclusão social, a pesquisa evidencia a contribuição das instituições de ensino superior para a

reconfiguração de imaginários locais e o fortalecimento da democracia. Conclui-se que o investimento público em educação superior em regiões periféricas deve ser compreendido não como gasto, mas como base estrutural de um projeto nacional de coesão territorial e justiça social.

Palavras-chave: Territórios de Conhecimento. Inovação Pública. Cidadania Periférica. Política Educacional. Redes Institucionais.

PRESENCIA UNIVERSITARIA Y DESARROLLO EN TERRITORIOS PERIFÉRICOS

RESUMEN

Este artículo analiza el papel de las universidades públicas federales en la configuración de políticas de desarrollo regional en zonas históricamente marginadas del territorio brasileño. La interiorización de la educación superior, intensificada a partir de los años 2000, promovió no solo la ampliación del acceso a la educación, sino también el surgimiento de ecosistemas de innovación, redes de producción científica y formas emergentes de ciudadanía activa. Desde un enfoque crítico e interdisciplinario, esta investigación toma como objeto la presencia universitaria como catalizadora de dinámicas socioterritoriales, capaces de reposicionar actores e instituciones locales frente a las desigualdades históricas en infraestructura, ingresos y representatividad. El estudio dialoga con referentes de la geografía crítica, la sociología del desarrollo y las políticas públicas, defendiendo que la universidad es un vector estratégico en la inducción de nuevos pactos federativos. A través del análisis de políticas de expansión universitaria, asociadas a la producción de conocimiento y la inclusión social, la investigación evidencia la contribución de las instituciones de educación superior a la reconfiguración de los imaginarios locales y al fortalecimiento de la democracia. Se concluye que la inversión pública en educación superior en regiones periféricas debe ser comprendida no como un gasto, sino como una base estructural de un proyecto nacional de cohesión territorial y justicia social.

Palabras clave: Territorialización del conocimiento. Innovación pública. Ciudadanía periférica. Política educativa. Redes institucionales.

INTRODUÇÃO

A universidade pública, enquanto instituição moderna situada na interseção entre conhecimento, Estado e sociedade, constitui um dos pilares fundamentais da constituição do espaço público republicano e da produção de uma cidadania substancial. Longe de se limitar à função de formação de quadros profissionais, a universidade, no contexto latino-americano, sempre carregou consigo uma expectativa histórica de transformação social, ainda que tensionada pelas contradições do próprio processo de modernização periférica. No Brasil, essa expectativa foi profundamente reatualizada a partir da virada do século XXI, quando o Estado passou a implementar políticas de expansão e interiorização do ensino superior federal, com vistas à ampliação do acesso e à redistribuição territorial de bens públicos de alta complexidade, como o conhecimento científico, a pesquisa aplicada e a inovação social.

Esse processo, intensificado por programas como o REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) e pela criação de novas instituições federais em regiões historicamente marginalizadas da lógica nacional de desenvolvimento, representou mais do que uma política de acesso: tratou-se da constituição de uma nova gramática territorial da educação superior pública, na qual as universidades passaram a ocupar uma posição estratégica na rearticulação das funções do Estado no território. A presença dessas instituições em municípios de pequeno e médio porte introduziu dispositivos inéditos de regulação simbólica, ativação institucional e produção de capacidades coletivas, transformando a paisagem social e econômica local e promovendo o que autores como Haesbaert (2004) denominaram de multiterritorialidade cidadã, onde se entrelaçam pertença, mobilização e ressignificação do espaço público.

Ao mesmo tempo, a universidade, ao instalar-se em territórios periféricos, é chamada a reconfigurar sua própria identidade institucional, deslocando-se de uma função elitista e centrípeta para uma atuação centrífuga, relacional e territorialmente enraizada. Essa transformação impõe desafios teóricos e operacionais de grande envergadura, pois exige da universidade a incorporação de dimensões históricas, culturais e sociopolíticas locais em seus modos de funcionamento, de planejamento e de produção do conhecimento. Como adverte Santos (2005), é no reconhecimento da diversidade epistemológica e da centralidade dos saberes subalternizados que reside a potência de uma universidade comprometida com a justiça cognitiva e com a emancipação coletiva. A universidade, nesse sentido, não pode mais ser pensada como uma ilha de excelência neutra, mas como um ator político imerso em disputas, contradições e projetos de futuro.

A importância desta análise reside na necessidade de compreender o papel ampliado das universidades públicas federais como operadores de desenvolvimento regional, não apenas em sua função clássica de geração de capital humano, mas como agentes de inovação social, redistribuição territorial e fortalecimento da democracia. Em um cenário contemporâneo marcado pela retração das políticas públicas, pelo avanço de perspectivas ultraliberais na gestão do Estado e pela desvalorização da ciência como bem comum, torna-se urgente resgatar e aprofundar o sentido público da universidade e sua potência como instituição promotora de coesão territorial e justiça social.

O objetivo central deste artigo é analisar a universidade pública federal, instalada em regiões periféricas, como uma instância de ativação institucional e produção de desenvolvimento regional, a partir de uma leitura que integra criticamente território, política e conhecimento. O trabalho organiza-se em três eixos analíticos interdependentes. No primeiro, discute-se a universidade como operador de presença estatal e de redistribuição territorial de políticas públicas. No segundo, analisa-se sua capacidade de articular redes locais de inovação, pesquisa e formação cidadã, reposicionando o conhecimento como ativo político e econômico. No terceiro, explora-se o papel dessas instituições na disputa por projetos de

desenvolvimento inclusivo frente às ameaças de desmonte institucional e privatização do ensino superior público. Ao final, propõe-se uma reflexão crítica sobre o lugar da universidade na reinvenção das políticas territoriais e na produção de futuros alternativos para o Brasil.

Diante desse cenário, torna-se imprescindível adensar a análise sobre a universidade pública federal não apenas como locus de ensino e pesquisa, mas como ator político com agência territorial, capaz de intervir nas dinâmicas de coesão social, inovação institucional e produção de justiça espacial. Ao aprofundar essa leitura, este artigo propõe uma investigação que desloca o foco das métricas quantitativas de expansão para uma abordagem qualitativa das transformações estruturais provocadas pela presença universitária em territórios periféricos. Trata-se, assim, de lançar luz sobre as múltiplas camadas de significado que envolvem o fazer universitário em regiões historicamente marginalizadas, compreendendo-o como parte de um projeto mais amplo de democratização do Estado e de reinvenção do espaço público. A seguir, cada um dos três eixos analíticos será desenvolvido de forma articulada, oferecendo uma leitura sobre os modos pelos quais as universidades federais operam como infraestruturas simbólicas e materiais de desenvolvimento regional.

METODOLOGIA

Metodologicamente, este artigo adota uma abordagem qualitativa de natureza crítica, sustentada por pesquisa bibliográfica e documental, com ênfase na análise interpretativa e na triangulação teórica. Parte-se da concepção de território como categoria relacional e política, afastando-se de visões funcionalistas e cartográficas. Raffestin (1993), ao propor o território como “produto das relações de poder inscritas no espaço” (p. 47), inaugura uma leitura que compreende o espaço não como um dado neutro, mas como um campo de disputa simbólica e material. A essa perspectiva soma-se a contribuição de Saquet (2007), que, ao tratar do território enquanto construção social e histórica, enfatiza sua dimensão multidimensional, revelando que ele é produzido por sujeitos concretos, atravessados por contradições e projetos em concorrência.

Essa base epistemológica permite articular três campos teóricos interdependentes: a geografia crítica do desenvolvimento, que desnaturaliza os processos de ocupação e uso do território, evidenciando os mecanismos estruturais de desigualdade e exclusão; a sociologia da educação superior, que problematiza os papéis atribuídos à universidade pública nas sociedades periféricas, em especial sua função ampliada de conciliação sociopolítica; e a teoria crítica das políticas públicas, que desloca o olhar da eficácia técnica para os processos de institucionalização, negociação e disputa de sentidos em torno do bem público. Ao integrar essas matrizes, busca-se compreender como a presença universitária, especialmente em regiões fora dos centros hegemônicos, atua como vetor de ancoragem de direitos, produção de redes institucionais e reconfiguração das formas de conexão entre Estado e sociedade.

UNIVERSIDADES E O REARRANJO TERRITORIAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

A inserção das universidades públicas federais em regiões historicamente periféricas constitui um fenômeno político-institucional que excede o campo educacional e opera como catalisador de reconfigurações territoriais profundas. Ao integrar localidades tradicionalmente marginalizadas ao circuito nacional de políticas públicas, esses espaços de ensino superior tornam-se dispositivos de articulação entre a presença do Estado e as demandas locais. Trata-se de uma inflexão estratégica nas dinâmicas de presença territorial do poder público, em que o conhecimento passa a figurar como instrumento de redistribuição espacial de direitos e oportunidades.

Essa lógica pode ser compreendida a partir da concepção de território como instância de poder e produção social, conforme delineado por Raffestin (1993), para quem o território é o resultado de relações mediadas por dispositivos materiais e simbólicos. Em consonância, Saquet (2007) propõe uma leitura do território como campo de disputas, no qual políticas públicas são operacionalizadas e ressignificadas a partir de suas ancoragens socioculturais. Nesse sentido, a expansão das universidades federais não representa apenas um acréscimo de infraestrutura

educacional, mas um mecanismo de institucionalização de políticas em escala local, reorganizando os vetores de presença estatal.

A incidência territorial das universidades federais, entendida como processo político e não apenas logístico, inscreve-se nas múltiplas camadas que constituem o espaço como construção histórica, relacional e estratégica. A presença universitária, quando inserida em territórios socialmente vulnerabilizados, transforma-se em um dispositivo de reorganização das formas de controle, planejamento e produção de políticas públicas. Conforme argumenta Saquet, “a configuração do território depende das relações de poder e dos projetos hegemônicos e contra-hegemônicos que se materializam em determinado espaço” (2007, p. 101). Isso implica reconhecer que o território não é um dado neutro, mas uma instância em permanente disputa entre atores sociais com interesses diversos. Nesse cenário, a universidade atua como mediadora institucional que tensiona o monopólio estatal sobre a definição das prioridades locais, ao mesmo tempo em que amplia a capacidade dos sujeitos de intervir nos rumos do desenvolvimento. A lógica da incidência territorial, portanto, não apenas redefine os contornos físicos da presença pública, mas também reorienta os processos decisórios a partir de uma gramática política mais sensível às singularidades regionais.

A criação de campi universitários em cidades de médio e pequeno porte, impulsionada por políticas federais como o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), inscreve-se em uma lógica de descentralização planejada do ensino superior. Conforme Cunha (2007), tal política tensiona o modelo centralizador herdado do período desenvolvimentista, substituindo-o por uma racionalidade que busca articular inclusão educacional com indução territorial ao desenvolvimento. Ainda que marcada por limitações operacionais e desigualdades orçamentárias, essa expansão produziu efeitos estruturantes sobre os territórios, ao introduzir novos arranjos institucionais e fluxos sociopolíticos.

A descentralização promovida pelo REUNI deve ser compreendida não apenas como uma estratégia de expansão quantitativa do acesso ao ensino superior, mas como uma reorientação do papel da universidade na arquitetura federativa do Estado. Ao instalar campi em cidades fora dos grandes centros, o programa alterou os vetores tradicionais de circulação de capital humano e de produção de conhecimento, promovendo o enraizamento institucional em regiões antes desprovidas de estruturas universitárias permanentes. Esse processo implicou a construção de novas institucionalidades locais, nas quais a universidade passou a operar como polo articulador de políticas intersetoriais — educação, saúde, cultura, ciência e tecnologia — promovendo sinergias com governos municipais e estaduais, organizações da sociedade civil e setor produtivo. Como observa Diniz (2013), tal articulação provoca a formação de um “complexo universitário-regional”, no qual os efeitos da universidade se irradiam para além da sala de aula, ativando cadeias produtivas, fomentando a inovação e ampliando as possibilidades de cidadania ativa. Contudo, essa lógica de descentralização planejada ainda enfrenta assimetrias estruturais relacionadas à distribuição de recursos, à retenção de quadros qualificados e à consolidação de identidades acadêmicas periféricas, o que evidencia a necessidade de políticas contínuas de fortalecimento institucional e de integração regional.

A universidade, nesse arranjo, atua como operador de políticas integradas. Sua presença viabiliza a instalação de serviços complementares em áreas como saúde, assistência social, transporte, cultura e comunicação, além de favorecer a articulação com outras instituições públicas e comunitárias. De acordo com Tavares (2011), essa capilarização institucional contribui para a formação de ecossistemas locais de política pública, cuja densidade depende da capacidade de enraizamento da universidade nos territórios em que se insere. Trata-se, portanto, de um processo de retroalimentação entre presença institucional e dinamização territorial, cujos efeitos repercutem tanto na esfera da gestão pública quanto nas formas de participação e controle social.

Nesse contexto, a universidade federal não apenas amplia o acesso à educação superior, mas transforma-se em agente estruturante de redes territoriais de governança, atuando como catalisadora de dinâmicas interinstitucionais e intersetoriais. Sua inserção em territórios periféricos estimula a configuração de circuitos de política pública que integram saberes acadêmicos, demandas comunitárias e agendas governamentais, viabilizando respostas mais contextualizadas aos desafios locais. Como afirma Tavares, “a universidade não opera isoladamente, mas se entrelaça a um conjunto de práticas, instituições e atores que, juntos, moldam as possibilidades de ação pública no território” (2011, p. 88). Nessa perspectiva, a densificação institucional proporcionada pela presença universitária reforça a capacidade do Estado de atuar em escalas subnacionais, ao mesmo tempo em que promove formas ampliadas de cidadania por meio do engajamento social qualificado. Os campi universitários tornam-se, assim, não apenas espaços de ensino e pesquisa, mas plataformas de articulação sociopolítica, capazes de redefinir os padrões de produção, circulação e apropriação das políticas públicas no interior do país.

Ademais, a interiorização das universidades opera como um contrapeso aos efeitos da metropolização e da concentração regional de investimentos. Ao redistribuir oportunidades de formação e inserção profissional, esses espaços tensionam o histórico desequilíbrio entre centro e periferia, especialmente no que se refere à circulação de saberes, bens e sujeitos. Conforme destaca Diniz (2013), esse tipo de iniciativa contribui para a emergência de uma nova geopolítica do conhecimento, em que o território se converte em plataforma ativa de políticas públicas e não mais como simples recipiente da ação estatal. A presença universitária, portanto, reconfigura as escalas de governança e institucionalidade, possibilitando a emergência de políticas territorializadas com maior aderência às realidades locais.

A reversão parcial dos fluxos migratórios educacionais, provocada pela interiorização das universidades, permite que estudantes oriundos de contextos socioeconômicos periféricos permaneçam em seus territórios de origem, contribuindo não apenas para o fortalecimento de laços comunitários, mas também

para a constituição de sujeitos políticos mais enraizados e comprometidos com o desenvolvimento local. Esse movimento também impacta diretamente a dinâmica produtiva das regiões, uma vez que a qualificação da força de trabalho e a produção de conhecimento passam a dialogar com vocações e demandas específicas do território. Nesse sentido, a universidade pública torna-se eixo de reorganização do espaço social e de indução a novas estratégias de desenvolvimento que rompem, ainda que parcialmente, com a lógica concentradora das metrópoles. Como ressalta Diniz, “a emergência de uma geopolítica do conhecimento desconcentrada cria condições para uma revalorização dos territórios e de seus atores, promovendo uma redistribuição cognitiva do poder” (2013, p. 67).

Essa redistribuição cognitiva repercute também nas formas pelas quais o Estado passa a ser interpelado nos níveis locais. A atuação da universidade como mediadora entre o conhecimento técnico-científico e as demandas sociais reforça a legitimidade das políticas públicas e potencializa a construção de agendas participativas. Nesse processo, a produção acadêmica deixa de ser exclusivamente orientada pelos grandes centros de pesquisa e passa a incorporar saberes situados, oriundos de práticas comunitárias e experiências territoriais. Tal articulação gera novas metodologias de intervenção pública, mais aderentes à complexidade social e cultural dos contextos periféricos. Com isso, a universidade amplia sua função social para além da tríade ensino-pesquisa-extensão, assumindo um papel ativo na reinvenção das escalas e estratégias do desenvolvimento nacional.

A reconfiguração territorial promovida pelas universidades federais, sobretudo nas regiões de menor densidade institucional, revela-se como um fenômeno complexo e estruturante, que desloca o eixo da análise das políticas educacionais para o campo mais amplo da presença do Estado e da reorganização do espaço público. Longe de serem apenas polos irradiadores de formação acadêmica, essas instituições funcionam como epicentros de uma nova gramática territorial, na qual o conhecimento se converte em dispositivo de ação política e em vetor de transformação das dinâmicas locais. A interiorização universitária, ao articular saberes técnicos e demandas sociais, redesenha as formas de governança, amplia a

legitimidade das políticas públicas e estimula a emergência de sujeitos coletivos com maior capacidade de incidência política e de reivindicação de direitos. Ao mesmo tempo, esse processo está imerso em disputas que tensionam os limites da autonomia universitária, da sustentabilidade financeira e da capacidade de enraizamento institucional em contextos marcados por fragilidades históricas. Compreender a universidade como um operador territorial implica, portanto, reconhecer sua função ampliada na tessitura do Estado contemporâneo e na reinvenção de suas formas de atuação. A partir dessa premissa, torna-se necessário aprofundar o debate sobre como essas instituições constroem redes locais de inovação, participação e pertencimento, transformando-se em espaços de interlocução entre o conhecimento produzido e os projetos coletivos de futuro que se desenham nos territórios em que se inserem.

4 A INSTITUIÇÃO UNIVERSITÁRIA COMO EIXO DE PRODUÇÃO DE DESENVOLVIMENTO

A presença da universidade pública em territórios historicamente periféricos tem implicado a emergência de novos arranjos institucionais voltados à produção de desenvolvimento em múltiplas escalas. Ao transcender sua função tradicional de formação acadêmica, a universidade consolida-se como um agente articulador de dinâmicas locais, conjugando saberes científicos e populares, políticas públicas e práticas de inovação social. Conforme argumenta Santos (2006), o espaço geográfico passa a ser compreendido não apenas como suporte das ações sociais, mas como um sistema de interações onde o conhecimento adquire centralidade como instrumento de transformação territorial. Nesse contexto, a universidade opera como mediadora entre demandas sociais e capacidades institucionais, contribuindo para a reestruturação de modelos locais de produção, trabalho e organização política.

Essa dinâmica implica reconhecer a universidade como um agente de enraizamento territorial, cuja atuação se dá por meio de dispositivos de escuta, tradução e intervenção institucionalmente qualificados. A capacidade de transitar entre

diferentes regimes de saber – técnico-científicos, tradicionais ou comunitários – possibilita à instituição universitária construir interfaces entre agendas de desenvolvimento e estratégias de justiça territorial. Tal atuação não ocorre de maneira homogênea, mas por meio de negociações envolvendo atores estatais, movimentos sociais, setor produtivo e comunidades locais. Segundo Santos, “a universidade não pode continuar a ser uma ilha de saberes superiores; deve tornar-se uma plataforma para diálogos de saberes, uma ponte entre conhecimentos e mundos sociais distintos” (2010, p. 35). Nessa perspectiva, o conhecimento produzido ganha densidade política ao se comprometer com transformações concretas nos contextos em que se insere, convertendo-se em ferramenta de mobilização para projetos de desenvolvimento fundados nas potencialidades e lógicas locais.

Esse processo é intensificado por programas de extensão universitária que buscam integrar a universidade à vida comunitária, instaurando formas de conhecimento situadas e comprometidas com as realidades locais. A extensão, nesse sentido, constitui um dos principais instrumentos de ativação do potencial transformador das instituições de ensino superior, ao permitir a coprodução de saberes e a construção de soluções públicas para problemas territorializados. Segundo Arroyo (2013), a universidade, ao escutar os territórios, transforma-se em campo dialógico, onde diferentes epistemologias podem se encontrar e se tensionar, produzindo efeitos práticos e simbólicos sobre os modos de vida locais. Tal perspectiva rompe com a lógica unilateral da difusão do saber e propõe uma compreensão da ciência como prática socialmente referenciada, que se ancora nas urgências e nos repertórios das populações com as quais dialoga.

A centralidade da extensão universitária como mecanismo de vinculação entre universidade e sociedade decorre de sua capacidade de instaurar processos pedagógicos emancipatórios, nos quais os sujeitos locais não apenas acessam os saberes acadêmicos, mas também os reelaboram a partir de suas experiências, práticas e narrativas. Ao articular ensino, pesquisa e ação social, a extensão reconfigura a lógica da produção do conhecimento, deslocando-a para contextos

concretos marcados por desigualdades estruturais e vulnerabilidades históricas. Tal movimento engendra ecologias de saberes que tensionam hierarquias epistemológicas e valorizam formas alternativas de racionalidade, muitas vezes invisibilizadas pela ciência hegemônica. Como observa Arroyo, a universidade “aprende com os territórios quando se dispõe a escutá-los como interlocutores legítimos, e não apenas como destinatários de projetos previamente definidos” (2013, p. 92). Nesse quadro, a extensão deixa de ser um apêndice das atividades acadêmicas e se afirma como eixo constitutivo da função social da universidade, operando na construção compartilhada de políticas, tecnologias e conhecimentos territorializados.

Além disso, a universidade interiorizada desempenha papel estratégico na construção de redes de cooperação interinstitucional e intersetorial, com capacidade de ativar cadeias produtivas locais, fortalecer economias solidárias e estimular práticas sustentáveis de desenvolvimento. Conforme destaca Dagnino (2010), a articulação entre conhecimento técnico-científico e inovação social favorece a criação de ecossistemas locais de desenvolvimento, nos quais diferentes atores — públicos, privados, comunitários — compartilham objetivos e recursos em torno de projetos coletivos. Tais ecossistemas não apenas qualificam a intervenção estatal, mas também potencializam a autonomia local, ao ampliar o repertório institucional disponível para o enfrentamento de vulnerabilidades sociais e econômicas.

Nesse cenário, ganha relevância o conceito de desenvolvimento como um processo relacional, ancorado em territorialidades específicas e sustentado por formas plurais de conhecimento e participação. A universidade, ao atuar como agente catalisador desses processos, reconfigura os sentidos do desenvolvimento, deslocando-o da esfera macroeconômica para os campos da cultura, da cidadania e da justiça territorial. Como observa Albagli (2004), o conhecimento, quando territorializado, adquire densidade social e política, tornando-se ferramenta para a emancipação e para a construção de futuros alternativos. Essa condição exige da universidade um compromisso ético-político com os contextos nos quais está inserida, bem como a

capacidade de construir metodologias participativas, interdisciplinares e sensíveis às especificidades locais.

Ao assumir essa inflexão territorial do desenvolvimento, a universidade pública passa a operar como vetor de relação entre agendas institucionais e projetos coletivos de futuro, impulsionando processos que não se restringem à elevação de indicadores econômicos, mas que visam transformar as estruturas socioterritoriais a partir das demandas historicamente silenciadas. Essa atuação exige a constituição de espaços de escuta e negociação permanentes, onde a produção do conhecimento esteja ancorada em vínculos éticos com os sujeitos e territórios envolvidos. Como enfatiza Albagli, “é no território que o conhecimento se concretiza como prática social transformadora, expressando interesses, valores e disputas que o extrapolam como simples recurso técnico” (2004, p. 63). Assim, a universidade deixa de ser apenas um emissor de expertise e se reposiciona como instituição que aprende com as lutas sociais, contribuindo para a redefinição dos marcos conceituais, operacionais e políticos do que se entende por desenvolvimento em contextos periféricos e desiguais.

Portanto, ao posicionar-se como eixo articulador de processos de desenvolvimento, a universidade pública assume uma função ampliada no cenário das políticas públicas e da inovação territorial, rompendo com modelos restritivos que a confinavam a uma atuação meramente formativa ou científica. Sua presença, articulada a um projeto institucional comprometido com as realidades locais, reconfigura a dinâmica entre Estado e sociedade, promovendo uma capilarização efetiva das políticas que atravessa dimensões diversas — da economia à cultura, da cidadania à sustentabilidade. Essa atuação não se limita à produção acadêmica formal, mas incide diretamente sobre as estruturas sociais, econômicas e institucionais dos territórios, operando transformações que se desdobram em práticas de emancipação, qualificação da gestão pública, fortalecimento das economias solidárias e revalorização dos saberes populares. Além disso, a universidade pública, ao ancorar-se em práticas extensionistas e em projetos de pesquisa comprometidos com a justiça territorial, contribui para ressignificar os

espaços historicamente periféricos, não mais vistos como zonas carentes ou receptoras de políticas, mas como lugares legítimos de produção de conhecimento, formulação de agendas e exercício de potências sociais até então invisibilizadas. Essa complexa engrenagem de mediações institucionais, políticas e epistemológicas, contudo, não se desenvolve sem tensões. No contexto atual, marcado pela intensificação dos processos de desmonte institucional, de precarização das condições de financiamento e de reconfiguração neoliberal da educação superior brasileira, emergem disputas que colocam em xeque o projeto público das universidades, tensionando suas capacidades de atuação e seu papel na cena do desenvolvimento nacional. Esses conflitos e contradições, que atravessam o campo da política educacional e do modelo de Estado, serão aprofundados no tópico seguinte, com ênfase nos embates contemporâneos em torno da permanência, do sentido e da função social das universidades públicas no Brasil.

5 DESAFIOS E POTENCIALIDADES DA INSTITUCIONALIDADE UNIVERSITÁRIA NO INTERIOR

A institucionalidade universitária nas regiões do interior brasileiro enfrenta um quadro multifacetado, que sintetiza tensões históricas e contemporâneas entre o projeto público da educação superior e os processos de mercantilização e precarização institucional. A expansão das universidades federais para territórios tradicionalmente excluídos do acesso ao ensino superior representa, por um lado, um avanço relevante na promoção da inclusão social e da democratização do conhecimento; por outro, insere essas instituições em uma arena de disputas complexas, onde pressões externas e internas moldam seus rumos e limitações. Nesse cenário, as universidades não são meros receptáculos de políticas públicas, mas agentes ativos na construção e contestação das condições de produção e reprodução social local (Santos, 2006). Tal perspectiva amplia a compreensão sobre a universidade como espaço político e cultural, no qual se travam embates acerca da natureza, finalidade e limites da ação estatal em contextos marcados por desigualdades regionais e sociais.

A lógica gerencialista, amplamente difundida no âmbito da administração pública contemporânea, tem sido um fator central na restrição do potencial transformador das universidades públicas. Como evidenciam Dardot e Laval (2016), a governamentalidade neoliberal promove uma reconfiguração dos dispositivos institucionais que subordina a função social da universidade a critérios de eficiência, produtividade e competitividade, pautados por métricas quantitativas e indicadores de desempenho que muitas vezes desconsideram as especificidades territoriais e os objetivos de justiça social. Essa reconfiguração não apenas desarticula os processos de autonomia acadêmica e autogestão, mas também precariza as condições de trabalho de docentes e técnicos administrativos, comprometendo a qualidade da formação e a capacidade de interlocução da universidade com suas comunidades. Em consonância, Chauí (2003) ressalta que tal modelo desvirtua a função pública da educação superior ao transformar o saber acadêmico em mercadoria e a instituição em mera prestadora de serviços voltados ao mercado, fragilizando seu papel emancipatório.

Essa instrumentalização da universidade implica um aprofundamento das desigualdades sociais e territoriais, ao restringir as possibilidades de atuação crítica e emancipatória da instituição. Conforme destacam Dardot e Laval, “a governamentalidade neoliberal impõe um regime de verdade que redefine as relações de poder e saber, subordinando o conhecimento a finalidades utilitárias e mercadológicas” (2016, p. 97). Tal perspectiva demanda uma resistência coletiva que reforce o caráter público e democrático da universidade, promovendo estratégias institucionais capazes de contrapor a lógica mercantilista e de fortalecer a relação entre a universidade e os territórios onde está inserida, assegurando sua função como agente de transformação social e produtora de desenvolvimento territorial.

A vulnerabilidade orçamentária constitui outro desafio estrutural para as universidades do interior. Oliveira (2018) aponta que a distribuição desigual de recursos financeiros acentua as disparidades entre os campi localizados nos grandes centros urbanos e aqueles situados em cidades de menor porte, que, frequentemente, dispõem de infraestrutura deficiente, insuficiência de recursos

humanos qualificados e limitações para o desenvolvimento de pesquisas e projetos extensionistas. Essa escassez, somada a políticas de contingenciamento fiscal, compromete a capacidade dessas instituições de responder às demandas sociais e territoriais, especialmente no que tange à inovação pedagógica e à interlocução com atores locais. Todavia, apesar desse cenário adverso, observa-se um esforço significativo de implementação de estratégias que visam potencializar as relações de reciprocidade e co-responsabilidade entre a universidade e os territórios, reafirmando seu compromisso com a promoção da cidadania e do desenvolvimento local.

Esse esforço institucional para mitigar as limitações orçamentárias e ampliar o impacto social da universidade demanda um redesenho estratégico das práticas administrativas e acadêmicas, orientado por uma lógica de cooperação interinstitucional e participação comunitária. Conforme ressalta Amaral, a sustentabilidade das universidades públicas “depende não apenas do financiamento estável, mas da capacidade de articular redes colaborativas que integrem atores diversos e promovam a inovação social em contextos locais” (2015, P. 103). Essa perspectiva implica repensar os modelos tradicionais de gestão, valorizando práticas de governança compartilhada que envolvam gestores, docentes, estudantes e a comunidade local em processos deliberativos e co-constitutivos. A superação das vulnerabilidades financeiras, portanto, não pode ser concebida isoladamente, mas sim articulada a uma visão ampliada de universidade como espaço vivo de produção social, cultural e política, cuja relevância se materializa na qualidade das relações estabelecidas com o território e na efetividade das ações implementadas para o desenvolvimento regional.

A institucionalidade universitária, portanto, deve ser compreendida não apenas como um conjunto de normas e estruturas formais, mas como um campo de práticas sociais em constante negociação, onde diferentes atores e saberes se articulam para redefinir os sentidos e os propósitos da universidade pública. Santos (2006) enfatiza que o enfrentamento das desigualdades regionais e sociais exige uma ecologia dos saberes que reconheça e valorize as diversidades epistemológicas e culturais

presentes nos territórios, rompendo com a hegemonia do conhecimento acadêmico tradicional. Essa perspectiva demanda que a universidade assuma um compromisso ético-político, atuando como espaço de ligação entre o conhecimento científico e os saberes locais, com vistas à construção de políticas públicas territorializadas e à promoção de processos emancipatórios que envolvam os diferentes segmentos da sociedade.

Nesse contexto, a universidade passa a ser entendida como um espaço dinâmico de intercâmbio e diálogo entre múltiplas formas de conhecimento, cuja interação potencializa a construção de soluções contextualizadas e socialmente relevantes para os desafios enfrentados pelas comunidades locais. Essa dimensão relacional, segundo Santos (2006), exige a superação de modelos hierárquicos e linearidades epistemológicas tradicionais, promovendo processos inclusivos que valorizem a pluralidade cultural e a historicidade dos territórios. A construção de um ambiente institucional aberto a essa diversidade implica repensar práticas pedagógicas, pesquisas e ações extensionistas, de modo que estejam verdadeiramente sintonizadas com as demandas e potencialidades específicas dos contextos onde a universidade está inserida. Para o autor, essa redefinição da institucionalidade universitária como campo de práticas negociadas amplia a capacidade da instituição de gerar impactos concretos no desenvolvimento social, econômico e político das regiões, ao fomentar uma governança participativa que articula atores diversos, fortalece redes de cooperação e assegura a efetividade das políticas públicas territoriais. Assim, a universidade emerge não apenas como produtora de conhecimento, mas como agente central na construção de processos de justiça territorial e inclusão social, reafirmando seu papel estratégico na transformação das realidades periféricas e no enfrentamento das desigualdades estruturais.

Por fim, as experiências institucionais de resistência e inovação que emergem no interior das universidades públicas configuram-se como elementos fundamentais para a rearticulação e a ressignificação do projeto público universitário em contextos marcados por adversidades estruturais. Essas experiências demonstram que, mesmo diante dos limites impostos pelos modelos neoliberais de gestão e

financiamento, é possível consolidar práticas que fortalecem a universidade enquanto espaço de produção coletiva de conhecimento, diálogo intercultural e engajamento social. A valorização de processos participativos e colaborativos, que envolvem atores internos e externos à instituição, alia-se à interdisciplinaridade para construir respostas complexas e contextualizadas aos desafios locais. A aproximação efetiva com movimentos sociais, organizações comunitárias e demais agentes territoriais amplia a capacidade da universidade de atuar como catalisadora de iniciativas voltadas à soberania social, à justiça territorial e ao bem-estar coletivo. Este panorama evidencia que as universidades públicas, ao se posicionarem como espaços de disputa política e social, assumem uma função estratégica na consolidação de um modelo alternativo de desenvolvimento, que rompe com as limitações do capital e das políticas excludentes. A partir dessa perspectiva, emerge a necessidade premente de fomentar um debate crítico e aprofundado sobre as formas de fortalecimento da institucionalidade universitária, contemplando não apenas a defesa da autonomia e do financiamento público, mas também a construção de arranjos institucionais inovadores capazes de articular saberes diversos, promover a inclusão social e assegurar a relevância social e política da universidade no século XXI. Essa compreensão amplia o horizonte das possibilidades institucionais, ressaltando a universidade como espaço fundamental de construção política e social, onde se disputam sentidos, territórios e projetos para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e sustentável.

CONCLUSÃO

A análise empreendida ao longo deste trabalho evidenciou que a presença e a atuação das universidades públicas em territórios periféricos transcendem sua função tradicional de formação acadêmica e produção científica, assumindo um papel estratégico na construção de processos de desenvolvimento sustentáveis, democráticos e territorialmente sensíveis. Ao considerar a universidade como ator institucional comprometido com a transformação social, reafirma-se sua centralidade na articulação de políticas públicas que respondam às complexas demandas das populações historicamente marginalizadas pelo modelo de

desenvolvimento hegemônico, centrado em interesses econômicos concentradores e em dinâmicas urbanocêntricas. Nesse sentido, torna-se imperativo compreender a universidade pública como um espaço político e cultural que, ao se enraizar em territórios marcados por desigualdades estruturais, atua na produção de novas formas de pertencimento, reconhecimento e justiça social.

Ao longo da discussão, demonstrou-se que a institucionalidade universitária, especialmente em contextos interiorizados, é atravessada por tensões resultantes da adoção de lógicas gerencialistas, da escassez de recursos financeiros e das disputas ideológicas em torno do papel do Estado na garantia de direitos. Tais desafios, longe de anular o potencial da universidade, impõem a necessidade de reinvenção institucional, de ampliação dos mecanismos de participação social e de fortalecimento das articulações entre saberes acadêmicos e populares. A universidade que emerge desse movimento é aquela que se abre ao território, reconhece sua historicidade, acolhe a pluralidade epistêmica e se compromete com a construção de soluções coletivas. Essa compreensão exige o abandono de modelos tecnocráticos e verticalizados de gestão do conhecimento, em favor de práticas dialógicas, interdisciplinares e territorializadas, que favoreçam a coprodução de saberes e a formulação de políticas públicas comprometidas com a equidade.

Os resultados apontam para a urgência de aprofundar o debate sobre o papel das universidades públicas na promoção do desenvolvimento regional, não apenas enquanto dispositivos estatais de oferta de serviços educacionais, mas como arenas estratégicas de produção de cidadania, soberania social e justiça territorial. O fortalecimento da institucionalidade universitária, sobretudo em contextos periféricos, demanda o reconhecimento de suas singularidades e a formulação de políticas de financiamento, gestão e avaliação que considerem a diversidade dos territórios e a complexidade das suas relações sociais. Trata-se, portanto, de deslocar o eixo das avaliações quantitativas e da lógica de mercado para um paradigma centrado na relevância social da universidade, em sua capacidade de produzir vínculos, mediar conflitos e construir horizontes comuns de desenvolvimento.

A pesquisa também sinaliza a necessidade de novos estudos voltados à compreensão das dinâmicas institucionais das universidades em territórios periféricos, com ênfase nas estratégias locais de resistência, inovação e reinvenção das práticas acadêmicas. Investigações futuras podem aprofundar os efeitos concretos das ações extensionistas sobre as comunidades envolvidas, analisar o papel das universidades na articulação de políticas públicas em escala local e regional, bem como explorar as potencialidades dos arranjos institucionais intersetoriais como instrumentos de coesão territorial e transformação social.

Em síntese, a presença universitária no interior do país não pode ser reduzida a uma política compensatória ou de ampliação do acesso educacional. Ela deve ser entendida como parte integrante de um projeto nacional de desenvolvimento que reconheça a centralidade da justiça territorial como vetor de coesão social e democratização das oportunidades. A valorização das universidades públicas como espaços de produção coletiva, participação política e afirmação das diversidades é um passo essencial para a construção de um país mais justo, solidário e plural, capaz de enfrentar suas desigualdades históricas com compromisso público e responsabilidade social.

REFERÊNCIAS

ALBAGLI, Sarita. Território e territorialidades: uma abordagem multidimensional. Rio de Janeiro: IBICT, 2004.

AMARAL, Nelson Cardoso do. A universidade e o desenvolvimento regional: uma análise crítica. *Revista Educação e Sociedade*, Campinas, v. 36, n. 131, p. 15-33, jan./mar. 2015.

ARROYO, Miguel. *Políticas curriculares e territórios de saber*. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro; RESENDE, Luiz Fernando (Org.). *Currículo, território em disputa*. Campinas: Papirus, 2013. p. 15-34.

CHAUÍ, Marilena. *A universidade pública sob nova perspectiva*. Revista Brasileira de Educação, n. 24, p. 5-15, jan./abr. 2003. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/n5nc4mHY9N9vQpn4tM5hXzj/> Acesso em 07 Mai. 2025.

CUNHA, Luiz Antonio. A universidade e o desenvolvimento regional: desafios e perspectivas. Revista Brasileira de Educação, v. 12, n. 36, p. 15-30, set./dez. 2007.

DAGNINO, Renato. *Tecnociência solidária: uma estratégia de conhecimento solidário e inclusivo*. Campinas: UNICAMP, 2010.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ccrh/a/xxsVpyd63D47tnb9ncmJJLy/> Acesso em 12 Mar. 2025.

DINIZ, Clélio Campolina. *Desenvolvimento regional: uma introdução*. Belo Horizonte: UFMG, 2013.

HAESBAERT, Rogério. *Territorialidades: sobre o controle simbólico e político do espaço*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. *Universidade e gestão: entre a tradição e a inovação*. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, v. 34, n. 3, p. 487-503, set./dez. 2018.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993. Disponível em:
https://books.google.com/books/about/Por_Uma_Geografia_do_poder.html?i=d07_ZwEACAAJ Acesso em 12 Set. 2024.

SAQUET, Marcos Aurelio. *Território, territorialidade e escala: uma abordagem relacional*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

Disponível em: <https://bds.unb.br/handle/123456789/93> Acesso em 23 Ago. 2024.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 2010.

TAVARES, Maria da Conceição. A universidade e o desenvolvimento regional: desafios e perspectivas. Revista de Economia Política, v. 31, n. 2, p. 15-30, abr./jun. 2011.